

	<p>SUBSEÇÃO DIEESE- CONDSEF/FENADSEF</p> <p>Setor Bancário Sul – Quadra 1 – Bloco K – Salas 308/314. Edifício Seguradoras. Asa Sul – Brasília/DF CEP: 70.093-900 E-mail: sucondsef@dieese.org.br Telefone / Fax (0xx61) 3031-4211</p>	
---	---	---

Relatório 41¹:

Relatório de acompanhamento da PEC 32

16 de agosto de 2021

¹ Este relatório foi elaborado pela Subseção do DIEESE na CONDSEF/FENADSEF (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) para subsidiar as discussões da Direção Executiva e suas entidades filiadas em relação aos trâmites da PEC 32.

1 – Modificações em relação ao relatório anterior (relatório 40)

O relatório de hoje traz as seguintes informações adicionais em relação ao relatório anterior:

- No “item 2 – Informações sobre a PEC 32” – o relatório traz 9 informações, com destaque para: - Informação 01 – Comissão da reforma administrativa promove mais três seminários regionais.
- No “item 4 – tramitação detalhada” – são apresentadas as tramitações relativas aos dias 06/08 a 13/08, com destaque para o fato de que já foram apresentados **121 Requerimentos** para realização de **Audiências Públicas** e **vários Requerimentos já foram aprovados.**
- No “item 6 – Enquete da PEC 32”, pois são apresentados os dados até 16 de agosto da enquete relativa à PEC.
- No “item 7 - Acesso às reuniões ocorridas na CCJ e na COMISSÃO ESPECIAL, foi inserido o LINK que dá acesso às **transmissões das reuniões e Audiências Públicas** ocorridas na Comissão Especial.
- Foi acrescido a esse Relatório da PEC 32, o **item 8** – Acesso aos **documentos e apresentações** ocorridas nas reuniões da Comissão Especial, inclusive com as apresentações do dia 04 de agosto.
- No item 9 – Agenda do dia, previsão de seminários estaduais no dia de hoje (16/08) e audiências públicas nos dias 17 e 18/8.

2 – Informações sobre a PEC 32

Informação 01 – **Comissão da reforma administrativa promove mais três seminários regionais**

16/08/2021 - 08:05

A Comissão Especial da Reforma Administrativa promove três seminários regionais nesta segunda-feira (16) com o tema "Impacto da [PEC 32/20](#) sobre os serviços públicos, organização administrativa e servidores".

Às 9 horas, o evento acontece na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, onde será coordenado pelo deputado [Paulo Ramos \(PDT-RJ\)](#). Foram convidados representantes de diversos sindicatos e associações de servidores e funcionários do estado e municípios, além de deputados da bancada do estado do Rio.

- [Confira a lista completa de participantes aqui.](#)

Às 10 horas, será realizado seminário na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, sob coordenação dos deputados [Léo de Brito \(PT-AC\)](#) e [Perpétua Almeida \(PCdoB-AC\)](#). Participam os deputados estaduais Daniel Santana (PT) e Edvaldo Magalhães (PCdoB), além de representantes de sindicatos, centrais de trabalhadores e associações.

- [Veja aqui a lista dos convidados.](#)

À tarde, às 14 horas, será a vez do Amapá. O seminário será realizado na Assembleia Legislativa do Estado, onde será coordenado pelo deputado [Camilo Capiberibe \(PSB-AP\)](#). Mais uma vez, serão ouvidos representantes dos trabalhadores no estado e municípios.

- [Confira a lista de participantes.](#)

A realização dos seminários regionais é uma solicitação do deputado [Rogério Correia \(PT-MG\)](#).

Da Redação - AC

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/793387-comissao-da-reforma-administrativa-promove-mais>)

Informação 02 – Comissão realiza seminários nos estados para debater reforma administrativa

13/08/2021 - 07:55

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa a reforma administrativa ([PEC 32/20](#)) realiza seminários nesta sexta-feira (13) em três estados do País, para ouvir representantes de diversas categorias de servidores públicos.

O seminário que irá acontecer na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul será realizado às 8 horas, em Porto Alegre, e será coordenado pelo deputado [Paulo Pimenta \(PT-RS\)](#). O tema do encontro será "Os impactos da PEC 32 nos serviços públicos municipais, estaduais e federal".

- [Veja a lista de convidados.](#)

Distrito Federal

O segundo seminário estadual vai acontecer em Brasília, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, às 9 horas, e será coordenado pelo deputado [Israel Batista \(PV-DF\)](#). O tema do encontro será "Como a PEC 32 impactará os atuais servidores e a economia do DF".

- [Veja a lista de convidados.](#)

Minas Gerais

E o terceiro seminário acontece às 14 horas, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em Belo Horizonte, e terá a coordenação do deputado [Rogério Correia \(PT-MG\)](#). O tema do encontro será "Os impactos da PEC 32 no serviço público estadual, municipal e federal".

- [Veja a lista de convidados.](#)

Na opinião do deputado Rogério Correia, a realização dos seminários, além de produzir subsídios aos membros da comissão, "estende os debates de forma direta aos entes federativos que também serão atingidas pelas eventuais alterações constitucionais ora sob debate".

- [Conheça a proposta do governo para a reforma administrativa](#)

Da Redação - RS

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/792758-comissao-realiza-seminarios-nos-estados-para-debater-reforma-administrativa/>)

Informação 03 – Bolsonaro corta verba de prefeituras e cria voucher direto para creches privadas

Folha de S.Paulo >

August 12, 2021

A proposta do novo programa social do governo, o Auxílio Brasil, enviada pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), retira recursos destinados às prefeituras para a educação de crianças carentes.

O mesmo projeto estabelece o pagamento de voucher diretamente para creches privadas.

O governo derrubou um dos pilares do Brasil Carinhoso, programa social criado em 2012 para garantir o acesso e a permanência de crianças na educação infantil.

O objetivo era complementar a política de transferência de renda a famílias pobres e extremamente pobres, o Bolsa Família.

O trecho revogado obrigava a União a repassar aos municípios uma ajuda financeira adicional para vagas em creches e desenvolvimento educacional de crianças de zero a dois anos de idade que sejam de famílias beneficiárias de programas sociais.

Por outro lado, na mesma proposta, que cria o Auxílio Brasil, Bolsonaro quer que sejam feitos repasses de dinheiro público diretamente para as creches credenciadas pelo governo, podendo inclusive ser do setor privado.

Bolsonaro criou o Auxílio Brasil de olho na eleição de 2022. Além de aumentar o gasto na área social, o objetivo é substituir o Bolsa Família, programa associado à gestão petista.

Pesquisas eleitorais apontam que o principal adversário do presidente na corrida eleitoral do próximo ano é Luiz Inácio Lula da Silva (PT) —com vantagem para o petista.

O Auxílio Brasil foi criado por MP (medida provisória) apresentada nesta semana ao Congresso. Uma MP entra em vigor imediatamente, mas precisa do aval do Legislativo em 120 dias para não perder a validade.

A proposta não prevê valores para o voucher, chamado de Auxílio Criança Cidadã, e estabelece que o governo fará regulamentação do programa posteriormente.

Caberá ao Ministério da Cidadania definir as regras de implementação de acordo com a disponibilidade orçamentária.

O voucher será pago diretamente às creches habilitadas e poderá ser usado por beneficiários do Auxílio Brasil com filhos de até quatro anos. A medida não afeta o auxílio-creche ao qual trabalhadores do setor privado têm direito.

A concessão do benefício do programa social é condicionada à inexistência de vaga na rede pública ou em creche privada conveniada ao governo. A vaga apenas será disponibilizada se o responsável pela criança comprovar ampliação de renda por atividade remunerada ou vínculo formal de emprego.

A MP afirma que esse auxílio tem caráter suplementar e não afasta a obrigação de o governo oferecer atendimento e expansão de creches na rede pública de ensino.

No Brasil Carinhoso, o governo federal repassa os recursos diretamente aos municípios. As transferências aos entes, que ultrapassaram R\$ 1 bilhão em 2014, em valor corrigido pela inflação, foram diminuindo ano a ano e somaram cerca de R\$ 8 milhões em 2020.

Agora, com a edição da MP, esses repasses serão extintos integralmente.

Procurado, o Ministério da Cidadania, responsável pelos programas sociais, não quis comentar o fim do mecanismo.

A pasta também não respondeu se a medida foi adotada para compensar e viabilizar recursos para o voucher pago direto a creches, que, como reforçou a pasta, ainda será detalhado em regulamentação.

A Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) diz que o corte na verba para as prefeituras é um retrocesso, pois as transferências estimulavam gestores municipais a abrirem creches em áreas mais pobres.

O presidente da Undime, Luiz Miguel Martins Garcia, afirma que a principal fonte de recursos para a educação infantil nos municípios é o Fundeb (fundo para a educação básica), que ganhará mais verba da União para os próximos anos.

No entanto, o dinheiro do Brasil Carinhoso é visto como um complemento importante por ser focado na população mais vulnerável, do Bolsa Família.

"São crianças que precisam de apoio complementar, até mesmo na alimentação. Esses repasses serviam como incentivo para ampliar a oferta de vagas e sobretudo construir novas creches nas áreas mais carentes", diz.

Na avaliação da presidente do conselho do Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária), Anna Helena Altenfelder, o mecanismo do voucher é ineficiente e acirra desigualdades. Segundo ela, o sistema é usado no Chile e não gera bons resultados.

"As famílias que conseguem complementar esse voucher colocam o filho nas melhores escolas e quem não consegue acaba ficando com escolas de pior qualidade ou escolas públicas que, por conta dessa política de vouchers, acabam não sendo foco das políticas necessárias e são de menor qualidade", afirma.

Para a professora, é errada a ideia de que o ensino privado sempre será melhor do que o público.

Ainda assim, ela afirma que considerando a criação dos vouchers no Brasil, para evitar conflitos de interesse, esse tipo de vale deveria ser liberado apenas para estabelecimentos comunitários ou filantrópicos, sem fins lucrativos.

Esta não é a primeira vez que o governo Bolsonaro elabora medida que prioriza o sistema privado de ensino, em detrimento da rede pública.

No fim de 2019, a equipe econômica aproveitou o envio de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) com um dispositivo para desobrigar o poder público a construir escolas em regiões com carência de vagas.

Na ocasião, técnicos do Ministério da Economia afirmaram que a ideia era permitir que os alunos acessassem o ensino privado por meio de bolsas de estudo bancadas pelo governo. A medida dependeria de futura regulamentação via projeto de lei.

A equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) argumenta que, em muitos casos, o governo gastaria menos ao pagar bolsas para instituições privadas do que se optasse por construir e manter novas escolas.

Durante a tramitação da PEC no Congresso, porém, o dispositivo acabou excluído do texto pelos congressistas.

Depois, em 2020, a equipe econômica tentou vincular a ampliação de recursos do Fundeb (fundo para a educação) ao pagamento de um voucher-creche a famílias carentes. A medida, no entanto, também acabou descartada.

Informação 04 – Câmara ouve experiências de organismos internacionais na reforma administrativa

A Secretaria de Relações Internacionais da Câmara vai promover, ao todo, seis seminários sobre o tema

12/08/2021 - 09:29

A Câmara dos Deputados fechou uma parceria inédita com organismos internacionais para promover seminários sobre a reforma administrativa em discussão na Casa ([PEC 32/20](#)). Os seminários (seis, ao todo) estão sendo organizados pela Secretaria de Relações Internacionais, em parceria com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com o apoio do Movimento Pessoas à Frente.

No primeiro encontro, realizado na terça-feira (10), deputados e senadores ouviram representantes da OCDE e do PNUD. Os parlamentares também conheceram relatos da experiência de modernização do serviço público de Portugal.

Segundo o presidente da comissão especial sobre a reforma administrativa, deputado [Fernando Monteiro \(PP-PE\)](#) a experiência de outros países contribui para o debate a respeito do tema. “A gente tem que dialogar e ter humildade para aprender e ouvir. E debates como esse são

importantes para nos dar conhecimento para que possamos ter condição de dar um passo na frente do serviço público”, afirma.

- [Conheça a proposta do governo para a reforma administrativa](#)

Líderes e talentos

Entre os temas previstos para os próximos seminários, estão a seleção de líderes e a valorização de talentos, como explica a secretária de Relações Internacionais da Câmara, deputada [Soraya Santos \(PL-RJ\)](#). “A gente quer uma reforma administrativa capaz de levar o Brasil a ter gasto com a máquina pública de forma mais eficiente e eficaz.”

Soraya Santos afirma que há servidores públicos de excelência, "mas não podemos colocar na mesma balança um professor que tem mães que brigam para que [o filho] seja da sua sala no mesmo patamar de um professor que tem a sala composta dos que sobram. Temos que dar esse estímulo para o servidor que se dedica.”

Segundo o presidente da Câmara dos Deputados, [Arthur Lira \(PP-AL\)](#), o Plenário da Casa deve votar a proposta de reforma administrativa até o fim de agosto.

- [Saiba mais sobre a tramitação de PECs](#)

Reportagem – Mariana Przytyk - Edição – Rachel Librelon

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/792933-camara-ouve-experiencias-de-organismos-internacionais-na-reforma-administrativa/>)

Informação 05 – Comissão da reforma administrativa promove mais três seminários regionais

Comissão da reforma administrativa promove mais três seminários regionais

12/08/2021 - 18:39

A Comissão Especial da Reforma Administrativa promove três seminários regionais na segunda-feira (16) com o tema "Impacto da [PEC 32/20](#) sobre os serviços públicos, organização administrativa e servidores".

Às 9 horas, o evento acontece na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, onde será coordenado pelo deputado [Paulo Ramos \(PDT-RJ\)](#). Foram convidados representantes de diversos sindicatos e associações de servidores e funcionários do estado e municípios, além de deputados da bancada do estado do Rio. [Confira a lista completa de participantes aqui.](#)

Às 10 horas, será realizado seminário na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, sob coordenação dos deputados [Léo de Brito \(PT-AC\)](#) e [Perpétua Almeida \(PCdoB-AC\)](#). Participam os deputados estaduais Daniel Santana (PT) e Edvaldo Magalhães (PCdoB), além de representantes de sindicatos, centrais de trabalhadores e associações. [Veja aqui a lista dos convidados.](#)

À tarde, às 14 horas, será a vez do Amapá. O seminário será realizado na Assembleia Legislativa do Estado, onde será coordenado pelo deputado [Camilo Capiberibe \(PSB-AP\)](#). Mais

uma vez, serão ouvidos representantes dos trabalhadores no estado e municípios. [Confira a lista de participantes.](#)

A realização dos seminários regionais é uma solicitação do deputado [Rogério Correia \(PT-MG\)](#).

Da Redação - AC

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/793387-comissao-da-reforma-administrativa-promove-mais-tres-seminarios-regionais/>)

Informação 06 – Representantes de empregados públicos afirmam que reforma administrativa favorece apadrinhamento político

Para governo, PEC tem caráter moralizador

11/08/2021 - 16:01

Representantes de funcionários de empresas públicas criticaram nesta quarta-feira (11) diversos pontos da proposta de reforma administrativa que está sendo analisada por uma comissão especial da Câmara dos Deputados. Para eles, o texto da [Proposta de Emenda à Constituição \(PEC\) 32/20](#) promove um desmonte da estrutura do Estado brasileiro, favorecendo “o apadrinhamento político” e privatizações. A audiência pública foi proposta pelos deputados [Rogério Correia \(PT-MG\)](#) e [Tiago Mitraud \(Novo-MG\)](#).

“É a entrega dos direitos sociais e da soberania nacional ao mercado. É a volta do clientelismo, do apadrinhamento político e do favorecimento”, disse o representante da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Mario Alberto Dal Zot.

Dal Zot afirmou ainda que a PEC poderá institucionalizar a chamada “rachadinha”, prática por meio da qual o empregado entrega parte do que recebe a quem o indicou. “Isso tem que ser levado em conta. O trabalhador, o funcionário público, vai servir muito mais ao político, ao patrão do que ao cidadão.”

- [Conheça a proposta do governo para a reforma administrativa](#)

Os empregados públicos trabalham na administração pública indireta (sociedades de economia mista e empresas públicas) e são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Apesar de não terem estabilidade no emprego assegurada por lei, a prática demonstra que demissões sem justa causa são raras. A PEC altera dispositivos da legislação atual sobre contratação, remuneração e desligamento de pessoal.

Vice-presidente da Associação dos Funcionários do Banco do Brasil (Anabb), Cecília Garcez disse que a PEC pretende reduzir direitos, enfraquecer a atuação do Estado e facilitar privatizações. “Essa proposta esvazia os acordos coletivos e facilita demissões. Os servidores ficarão reféns de governos, podendo haver um aparelhamento do serviço público. Para ela, a simples equiparação com a iniciativa privada não garante eficiência nem impede a corrupção.

Funcionária da Caixa Econômica Federal e representante do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, Maria Rita Serrano disse à comissão especial que o governo usa uma premissa equivocada: o que é público é ruim e ineficiente, e o que é privado é bom e moderno. “Essa PEC traz uma série de distorções ao tratar o privado sempre como melhor. Por que só a

Caixa atendeu 130 milhões de brasileiros durante a pandemia, mesmo com funcionários correndo riscos?”, indagou.

Posição do governo

Representando o Ministério da Economia, Maria da Penha da Cruz afirmou que a PEC não visa reduzir despesas e sim aproximar o serviço público da realidade brasileira. “O texto tem caráter moralizador, para corrigir distorções históricas. No mundo atual, não faz sentido esse tratamento diferenciado a empregados do serviço público”, disse Cruz. Ela reforçou que as mudanças previstas se aplicam apenas a novos funcionários.

Maria da Cruz detalhou pontos da proposta e defendeu, por exemplo, a proibição de alguns benefícios para empregados públicos, como férias superiores a 30 dias, progressões na carreira e adicionais relacionados ao tempo de serviço, aumentos com efeitos retroativos, redução de jornada sem redução de remuneração, adicionais por substituição, entre outros.

Ela destacou ainda que a previsão de contratação de pessoal com vínculo por prazo determinado, mediante processo seletivo simplificado, deve atender apenas a situações específicas (calamidade, emergência, necessidades temporárias e atividades sob demanda), e disse que a estabilidade não deve ser assegurada a empregados públicos nem por negociação coletiva ou individual nem por ato normativo. “Busca-se o tratamento equânime entre funcionários públicos e privados”.

Além do deputado Rogério Correia, que propôs a reunião, criticaram a reforma administrativa os deputados [Paulo Ramos \(PDT-RJ\)](#), [Professor Israel Batista \(PV-DF\)](#), [Rui Falcão \(PT-SP\)](#), [Gervásio Maia \(PSB-PB\)](#) e [Zé Neto \(PT-BA\)](#). Para Correia, a PEC não pretende garantir a eficiência do serviço público e sim promover o seu desmonte. “Se o governo está preocupado com distorções, deveria incluir na proposta membros do Parlamento, do Ministério Público, da Advocacia-Geral da União, magistrados e os militares. Aqui estão preocupados em cortar não regalias, mas direitos dos trabalhadores”, disse.

Gervásio Maia e Paulo Ramos defenderam que o texto da PEC seja explícito quanto à não aplicação das regras para atuais empregados e servidores públicos.

Celetistas

Representando a Confederação Nacional de Municípios (CNM) na reunião, Elena Garrido disse que muitos tribunais do País têm proferido decisões estendendo a estabilidade, legalmente garantida apenas a servidores públicos, a empregados de empresas públicas e de sociedades de economia mista.

“Nossa posição é pela manutenção de contratações pela CLT [Consolidação das Leis do Trabalho], mas sem qualquer regra de estabilidade, nem mesmo cultural, como ocorre atualmente, com possibilidade de demissão mediante baixo desempenho, desnecessidade e justa causa, sem a necessidade de processo administrativo”, disse.

A CNM também apoia a regra que prevê contratações temporárias como forma de evitar despesas permanentes para demandas eventuais dos municípios.

A Comissão da Reforma Administrativa foi instalada no dia 9 de junho e é presidida pelo deputado [Fernando Monteiro \(PP-PE\)](#). O relator da matéria é o deputado [Arthur Oliveira Maia \(DEM-BA\)](#).

O presidente da Câmara dos Deputados, [Arthur Lira \(PP-AL\)](#), espera votar a proposta no Plenário da Casa até o final de agosto.

Reportagem – Murilo Souza - Edição – Roberto Seabra

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/792587-representantes-de-empregados-publicos-afirmam-que-reforma-administrativa-favorece-apadrinhamento-politico/>)

Informação 07 – Representantes de empregados públicos afirmam que reforma administrativa favorece apadrinhamento político

Para governo, PEC tem caráter moralizador

11/08/2021 - 16:01

Representantes de funcionários de empresas públicas criticaram nesta quarta-feira (11) diversos pontos da proposta de reforma administrativa que está sendo analisada por uma comissão

O Plenário da Câmara dos Deputados iniciou a Ordem do Dia da sessão desta quinta-feira (5) com a discussão do Projeto de Lei 591/21, do Poder Executivo, que permite à iniciativa privada explorar serviços postais. O relatório do deputado Gil Cutrim (Republicanos-MA) recomenda a aprovação de substitutivo, que prevê, entre outros pontos:

- garante estabilidade de 18 meses para funcionários após a desestatização dos Correios;
- oferece exclusividade de cinco anos na operação de serviços postais para empresa que arrematar a estatal;
- proíbe o fechamento de agências que garantem serviço postal universal em áreas remotas;
- mantém a empresa unificada, evitando a desestatização dos serviços postais por regiões.

[Assista à sessão ao vivo](#)

Antes do início da Ordem do Dia, vários deputados da oposição já manifestaram ser contrários à votação da proposta. O deputado Rogério Correia (PT-MG) acusa o governo de entregar os Correios para o capital financeiro internacional. "Os Correios são uma empresa lucrativa. E por que o governo quer vender? Para que algum amigo do rei ganhe, e passe a ganhar dinheiro, cobrando caro os serviços que são prestados por uma empresa estratégica", atacou.

Já o relator defende que a desestatização dos Correios é urgente para permitir investimentos na modernização e digitalização do setor postal. "Apesar da estrutura organizacional existente, do ponto de vista da qualidade dos serviços postais, a ECT não tem tido uma boa performance, e vem perdendo a aprovação do povo brasileiro. Na verdade, a empresa carece de agilidade, de eficiência, de investimentos e de um planejamento de futuro", analisou Gil Cutrim.

Os Correios contam com uma força de trabalho de 99.443 empregados e uma frota com 10 aeronaves terceirizadas, 781 veículos terceirizados e 23.422 veículos próprios, entre caminhões, furgões e motocicletas.

Pauta

A pauta do Plenário ainda inclui as Medidas Provisórias 1040/21, que elimina exigências e simplifica a abertura e o funcionamento de empresas; e 1042/21, que reformula a estrutura de cargos em comissão e funções de confiança no âmbito do Executivo, autarquias e fundações.

Ainda há outros 23 requerimentos de urgência e projetos sobre temas diferentes.

Reportagem - Francisco Brandão - Edição - Wilson Silveira

Tempo real:

- 18:38 - [Plenário analisa MP que simplifica a abertura de empresas](#)
- 16:14 - [Aprovado texto-base de projeto que autoriza setor privado a explorar serviços postais](#)
- 14:28 - [Eficiência dos Correios gera polêmica no debate sobre desestatização; acompanhe](#)
- 13:00 - [Relator defende desestatização dos Correios para aumentar investimentos; acompanhe](#)
- 12:21 - [Deputado questiona constitucionalidade de desestatização dos Correios; acompanhe](#)

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/790016-plenario-discute-projeto-que-permite-a-desestatizacao-dos-correios-acompanhe/>)

Informação 08 – Relator critica ampliação de vínculos na reforma administrativa

10/08/2021 - 21:08

Em audiência pública da comissão especial da reforma administrativa ([PEC 32/20](#)), debatedores avaliaram que a proposta do Poder Executivo pode limitar os regimes próprios de previdência ao criar novos vínculos no serviço público. Em particular, o cargo com vínculo por prazo indeterminado poderia ser vinculado ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) por lei complementar após dois anos da promulgação da emenda constitucional. Representantes de servidores pediram que este dispositivo fosse excluído da reforma administrativa.

O relator, deputado [Arthur Oliveira Maia \(DEM-BA\)](#), considera a mudança um retrocesso. "Na última reforma da previdência, o regime próprio passa a ser uma previdência complementar. Precisamos de fato preservar esta conquista. Seria inapropriado termos novos vínculos no âmbito do direito previdenciário, o que sem dúvida seria um retrocesso em relação à última reforma da previdência", analisou.

Arthur Oliveira Maia também considera necessário corrigir o vínculo de experiência, que segundo ele foi mal recebido por deputados e servidores. "A questão do vínculo de experiência se confunde com o estágio probatório. É mais razoável avançarmos com o estágio probatório do que criarmos mais um vínculo temporário", defendeu.

O relator também disse estar preocupado com as contratações temporárias, que segundo ele deveriam ser limitadas para que não substituam servidores concursados. Arthur Oliveira Maia também anunciou que seu relatório deve propor uma definição das carreiras típicas de Estado, que

manteriam a estabilidade e outras funções exclusivas em comparação com outras carreiras. "Falta coragem para colocar o dedo na ferida, mas é preciso que a gente saia deste dilema", ressaltou.

Financiamento

O deputado [Alencar Santana Braga \(PT-SP\)](#) afirmou que a reforma administrativa vai afetar a previdência pública. "Não levar os novos servidores para o regime único vai gerar problema seríssimo de financiamento. Quem vai pagar lá na frente não será a iniciativa privada, nem os donos do mercado. Quem vai pagar é o Estado, que lá na frente vai ter que custear isso, ou exigir dos servidores que arquem com esses problemas", alertou.

O deputado [Tiago Mitraud \(Novo-MG\)](#) ponderou que a conta da previdência dos servidores não fecha há bastante tempo. "Seria ótimo se esta PEC da reforma administrativa, ao propor uma nova solução de vínculos entre administração pública e servidores, ajudasse o País a resolver a questão previdenciária. A gente ainda precisa de uma nova reforma da previdência, porque as anteriores não foram suficientes."

Unificação

Vários debatedores da audiência pública pediram a manutenção dos direitos adquiridos dos atuais servidores e regras de transição que garantam o custeio para as despesas. O advogado e coordenador da Pós-Graduação em Direito Previdenciário da Escola Brasileira de Direito, Theodoro Vicente Agostinho, afirmou que os regimes de previdência caminham para a unificação. "As regras deveriam ser similares para todos os trabalhadores, mas o sistema previdenciário tem de trazer fonte de custeio e segurança", disse.

O presidente da Associação da Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Decio Bruno Lopes, também teme o enfraquecimento e esvaziamento dos regimes próprios de previdência. "Isso poderá gerar déficits e justificar o aumento da contribuição normal e a instituição de contribuições extraordinárias", teme.

Estados e municípios

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), Daniel Duque observou que estados e municípios têm dificuldade de equilibrar as contas dos regimes próprios de previdência. Por isso, estariam contratando professores pela CLT. "A expansão dos servidores gera contribuição maior, mas também aumento de benefícios que serão pagos no futuro", alertou. "A PEC vai no sentido de buscar a unificação, de modo que torne regimes atuarialmente equilibrados."

Já o advogado da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim), Marcelo Barroso, afirmou que a unificação de regimes fere o pacto federativo e fragiliza a autonomia de estados e municípios. "Preocupa a centralização e concentração do poder no Executivo Federal, em detrimento a estados e municípios", comentou.

Impacto

Professor em Direito Previdenciário e Direito do Trabalho na Universidade Federal do Paraná (UFPR), Marco Aurélio Serau Junior considera necessário manter regimes de previdência diferenciados para servidores, já que a carreira pública tem aspectos diferentes da iniciativa privada, como a ausência de FGTS.

O diretor administrativo da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), Celso Malhani, alertou que a [PEC 32/20](#) vai exterminar os regimes próprios, já que a vinculação de servidores ao RGPS se tornará obrigatória em um quadro de finanças públicas fragilizadas após a pandemia de coronavírus. Celso Malhani ainda cobrou dados sobre o impacto da mudança. "A PEC não explica quanto vai custar o financiamento do período de transição."

Atualmente o Brasil possui 2.160 regimes próprios de previdência social, com 9,2 milhões de participantes, entre segurados, pensionistas, aposentados e trabalhadores que estão na fase de contribuição.

Reportagem - Francisco Brandão - Edição - Geórgia Moraes

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/792340-relator-critica-ampliacao-de-vinculos-na-reforma-administrativa/>)

Informação 09 – Comissão da Reforma Administrativa debate regime próprio de Previdência

Audiência na Comissão Especial da Reforma Administrativa

10/08/2021 - 08:11

A Comissão Especial da Reforma Administrativa, criada para analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) [32/20](#), realiza audiência pública nesta terça-feira (10) para discutir o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), que atende os servidores públicos concursados.

- [Conheça a proposta](#)

Confirmaram presença na audiência:

- o advogado e coordenador da Pós-Graduação em Direito Previdenciário da Ebradi, Theodoro Vicente Agostinho;
- o presidente da Associação da Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Decio Bruno Lopes; e
- o professor em Direito Previdenciário e Direito do Trabalho na Universidade Federal do Paraná (UFPR) Marco Aurélio Serau Junior.

- [Confira a lista completa de convidados](#)

Hora e local

O debate será realizado no plenário 13, às 15 horas.

Da Redação - RS

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/791297-comissao-da-reforma-administrativa-debate-regime-proprio-de-previdencia/>)

3 – Situação atual que se encontra (Comissão Especial da PEC 32)

SITUAÇÃO

Aguardando Parecer do Relator na Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 32-A, de 2020, do Poder Executivo, que "altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa" (PEC03220)

CAMINHO DA PROPOSTA
CÂMARA DOS DEPUTADOS
Início
CCJC
CESP → ESTÁ AQUI
Plenário Virtual
SENADO FEDERAL
Não há tramitação no Senado

COMISSÃO ESPECIAL - PEC 032/20 - REFORMA ADMINISTRATIVA
Encerrado o prazo para apresentação de emendas à Proposta de Emenda à Constituição (de 10/06/2021 até o encerramento da 75ª Sessão Deliberativa Extraordinária, no dia 07/07/2021). Foram apresentadas 41 emendas. As emendas de nºs 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 34, 35, 37, 38 e 39 não atingiram o quórum mínimo de assinaturas.
Ver menos
Chegou à comissão em: 09/06/2021

QUEM VIU ESTA PROPOSTA VIU TAMBÉM

- MSC-463/2017
Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.
- PDC-936/2018
Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.

DISCURSOS EM PLENÁRIO

- 07/07/2021
Talíria Petrone (PSOL-RJ)
- 07/07/2021
Darci De Matos (PSD-SC)
- 07/07/2021
Leo De Brito (PT-AC)
- 07/07/2021
Alessandro Molon (PSB-RJ)
- Mais discursos

Segue abaixo o link do relatório completo:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2009387

Fonte: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083>

4 – Tramitação detalhada

- 06/08/2021

Andamento:

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32-A, DE 2020, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA DISPOSIÇÕES SOBRE SERVIDORES, EMPREGADOS PÚBLICOS E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA" (PEC03220)

- Apresentação do Requerimento de Audiência Pública n. 118/2021, pelo Deputado Rogério Correia (PT/MG), que "Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão da Comissão Especial destinada a debater a PEC nº 32, de 2020 (Reforma Administrativa), com o intuito de ouvir a senhora Maria Rita Serrano, mestra em Administração na área de gestão da regionalidade e das organizações, pela Universidade de São Caetano do Sul (USCS), Graduada em Estudos Sociais pelo Centro Universitário de Santo André e em História pela Universidade do Grande ABC e membro do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas". [Inteiro teor](#)

- Data:

09/08/2021

Andamento:

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32-A, DE 2020, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA DISPOSIÇÕES

**SOBRE SERVIDORES, EMPREGADOS PÚBLICOS E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA"
(PEC03220)**

- Apresentação do Requerimento de Audiência Pública n. 119/2021, pelo Deputado Rogério Correia (PT/MG), que "Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão da Comissão Especial destinada a debater a PEC nº 32, de 2020 (Reforma Administrativa), com o intuito de ouvir a senhora Gabriela Spanghero Lotta, Professora e pesquisadora de Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Doutora em Ciência Política pela USP, mestre e graduada em administração pública pela FGV. Coordenadora do Núcleo de Estudos da Burocracia (NEB). Docente da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)". [Inteiro teor](#)

• **Data:**

10/08/2021

Andamento:

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32-A, DE 2020, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA DISPOSIÇÕES SOBRE SERVIDORES, EMPREGADOS PÚBLICOS E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA" (PEC03220)

- Aprovado requerimento n. 115/2021 do Sr. Leonardo Gadelha que requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão Especial destinada a debater a PEC nº 32, de 2020, com representantes da Associação Nacional dos Agentes de Trânsito. Convidado: Antônio Coelho Meireles Neto, presidente da Associação Nacional dos Agentes de Trânsito (AGTBRASIL).
- Aprovado requerimento n. 116/2021 do Sr. Rogério Correia que requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão da Comissão Especial destinada a debater a PEC nº 32, de 2020 (Reforma Administrativa), com o intuito de ouvir a senhora Denise Motta Dau - Assistente social, mestra em saúde coletiva, secretária sub-regional da Internacional de Serviços Públicos (ISP).
- Aprovado requerimento n. 117/2021 do Sr. Rogério Correia que requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão da Comissão Especial destinada a debater a PEC nº 32, de 2020 (Reforma Administrativa), com o intuito de ouvir o senhor José Rivaldo da Silva, Secretário-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores Em Empresas de Correios, Telégrafos e Similares - FENTECT".
- Aprovado requerimento n. 118/2021 do Sr. Rogério Correia que requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão da Comissão Especial destinada a debater a PEC nº 32, de 2020 (Reforma Administrativa), com o intuito de ouvir a senhora Maria Rita Serrano, mestra em Administração na área de gestão da regionalidade e das organizações, pela Universidade de São Caetano do Sul (USCS), Graduada em Estudos Sociais pelo Centro Universitário de Santo André e em História pela Universidade do Grande ABC e membro do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas

• **Data:**

11/08/2021

Andamento:

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32-A, DE 2020, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA DISPOSIÇÕES

SOBRE SERVIDORES, EMPREGADOS PÚBLICOS E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA" (PEC03220)

- Apresentação do Requerimento de Audiência Pública n. 120/2021, pelo Deputado Tiago Mitraud (NOVO/MG), que "Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiências públicas para debater a PEC 32/2020 no âmbito das temáticas de "Efeitos da PEC nas políticas públicas de Educação e Saúde" e de 'Regulamentação da Reforma'. Convidados: Carlos Eduardo de Oliveira Lula, presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e Secretário de Saúde do Estado do Maranhão; Ana Carolina Araujo Nardes, Secretária de Administração e Desburocratização do Governo do Mato Grosso do Sul; Marília Raquel Simões Lins, Secretária de Administração do Governo de Pernambuco; Vanice Valle, ex-Secretária de Administração da Prefeitura e Estado do Rio de Janeiro". [Inteiro teor](#)
- Aprovado requerimento n. 119/2021 do Sr. Rogério Correia que requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão da Comissão Especial destinada a debater a PEC nº 32, de 2020 (Reforma Administrativa), com o intuito de ouvir a senhora Gabriela Spanghero Lotta, Professora e pesquisadora de Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Doutora em Ciência Política pela USP, mestre e graduada em administração pública pela FGV. Coordenadora do Núcleo de Estudos da Burocracia (NEB). Docente da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

• **Data:**

11/08/2021

Andamento:

MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (MESA)

- Despacho exarado no Requerimento n. 1.396/2021, conforme o seguinte teor: "Prejudicado, tendo em vista que o prazo para apresentação de emendas à Proposta de Emenda à Constituição n. 32/2020 foi prorrogado, de ofício, em 30 de junho de 2021. Publique-se. "
- Indeferido o Requerimento n. 1.427/2021, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro a retirada da assinatura aposta à Emenda n. 03 referente à PEC n. 32/2020, nos termos do art. 102, § 4º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Oficie-se. Publique-se. Arquive-se."

• **Data:**

13/08/2021

Andamento:

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32-A, DE 2020, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA DISPOSIÇÕES SOBRE SERVIDORES, EMPREGADOS PÚBLICOS E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA" (PEC03220)

- Apresentação do Requerimento de Audiência Pública n. 121/2021, pelo Deputado Rogério Correia (PT/MG), que "Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão da Comissão Especial destinada a debater a PEC nº 32, de 2020 (Reforma Administrativa), com o intuito de ouvir o presidente ou um representante do Conselho Nacional de Saúde – CNS". [Inteiro teor](#)

5 – Enquete da PEC 32

Página Inicial / Atividade Legislativa / Projetos de Lei e Outras Proposições / PEC 32/2020

Acesse a nova versão da ficha de tramitação

mais fácil de entender

PROPOSTA APROVADA
PROPOSTA REJEITADA

Cadastrar para acompanhamento | Versão anterior da ficha | Versões para impressão ▼

PEC 32/2020 | Inteiro teor

Proposta de Emenda à Constituição

Situação: Aguardando Instalação de Comissão Temporária; Aguardando Parecer do Relator na Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 32-A, de 2020, do Poder Executivo, que "altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa" (PEC03220)

Acessóri de:




Sessões e Reuniões

25/05/2021 - 06h00
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
Reunião Deliberativa Extraordinária (virtual)

VOTE NA ENQUETE – COMO ACESSAR:

<https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083>

Você já votou no site da Câmara contra a Reforma Administrativa PEC 32?

 Veja a tramitação

QUAL SUA OPINIÃO SOBRE A PEC 32/2020?

Concordo totalmente

Concordo na maior parte

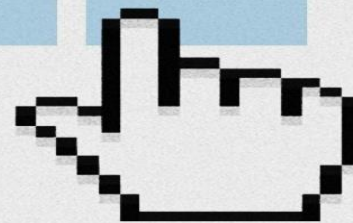
Estou indeciso

Discordo na maior parte

Discordo totalmente

VOTAR

CANCELA A REFORMA
Já!



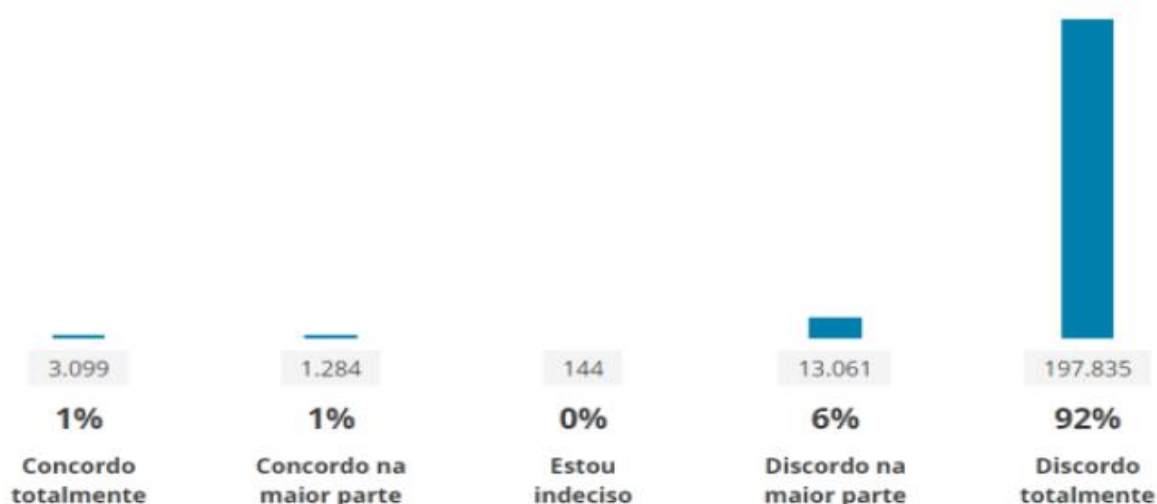
6 – Enquete da PEC 32 (Resultado atualizado) - 16 de agosto

ENQUETE DA PEC 32/2020

 Veja a tramitação |  Entenda a proposta

RESULTADO

Resultado parcial : desde 03/09/2020



FONTE: <https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083/resultado>

7 – Acesso às reuniões ocorridas na CCJ e na COMISSÃO ESPECIAL

REUNIÕES ANTERIORES

É possível consultar vídeos, áudios, íntegras em texto e resultados das reuniões.

ACESSE: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ccjc>

ASSISTA



Situação dos Empregados Públicos na Reforma



Regime Próprio de Previdência Social



Avaliação de Desempenho e Qualificação de Servidores Públicos



Contratação temporária, cargos em comissão e funções de confiança

Todas as transmissões --

CONTATO

PEC 032/20 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Secretário-executivo: Lucas Paranhos Quintella

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala B, Sala 165

Telefones: (61) 3216-6206

TRANSMISSÕES

ACESSE:<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/webcamara/arquivos/pesquisa-avancada/resultadoSinais?assunto=&comissao=538928&tipo=&local=&orador=&periodo=1&dataIni=01/01/2021&dataFin=31/12/2021&form.submitted=1&form.button.pesquisar=Pesquisar>

8 – Acesso aos documentos e apresentações ocorridas nas reuniões da Comissão Especial da PEC 32

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Audiência Pública de 11/08/2021: Situação dos empregados públicos na reforma

- **Maria da Penha Barbosa da Cruz**, Diretora de Carreiras e Desenvolvimento de Pessoas da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia
- **Maria Rita Serrano**, Membro do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas

Audiência Pública de 10/08/2021: Regime próprio de previdência social

- **Theodoro Vicente Agostinho**, Advogado e Coordenador da Pós-Graduação em Direito Previdenciário da EBRADI
- **Décio Bruno Lopes**, Presidente da Associação da Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP

Audiência Pública de 05/08/2021: Avaliação de desempenho e qualificação de servidores públicos

- [Ismar Viana](#), Presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil - ANTC

Audiência Pública de 04/08/2021: Contratação temporária, cargos em comissão e funções de confiança

- [Fabio Faiad Bottini](#), Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central - SINAL;
- [Weber Sutti](#), Diretor da Fundação Lemann;
- [Rodrigo Keidel Spada](#), Presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais - FEBRAFITE;
- [Iracema Keila Castelo Branco](#), Subsecretária de Gestão de Pessoas da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul.

Audiência Pública de 03/08/2021: Carreiras típicas de Estado e servidores contratados por prazo indeterminado

- [Cibele Franzese](#), Professora da Fundação Getúlio Vargas - FGV;
- [Unadir Gonçalves Junior](#), Presidente da Federação Brasileira de Sindicatos das Carreiras da Administração Tributária da União, dos Estados e do Distrito Federal – FEBRAFISCO.

Audiência Pública de 14/07/2021: Condições para Aquisição de Estabilidade no Serviço Público

- [Leonardo José Mattos Sultani](#), Secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia;
- [Leonardo Secchi](#), Presidente da Sociedade Brasileira de Administração Pública - SBAP;
- [Alketa Peci](#), Professora da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas - EBAPE-FGV.

Audiência Pública de 13/07/2021: Concurso público e vínculo de experiência

- [Felipe Drumond](#), Consultor da Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa;
- [Lademir Gomes da Rocha](#), Presidente da Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais - ANAFE;
- [José Celso Pereira Cardoso Junior](#), Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea - AFIPEA.
 - [Artigo: PEC 32/2020 e a volta do Estado liberal-patrimonial-oligárquico no Brasil](#)
 - [Artigo: Concursos Públicos, Profissionalização Burocrática e Desempenho Institucional: Reforma administrativa CF/1988 versus PEC 32/2020](#)
 - [Artigo: A Estabilidade Funcional dos Servidores nos Cargos Públicos](#)

Audiência Pública de 06/07/2021: Regime jurídico da magistratura, dos membros do Ministério Público, dos membros dos Tribunais de Contas, dos advogados públicos, dos defensores públicos e dos titulares de mandatos eletivos

- **Renata Gil de Alcantara Videira**, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB
- **Clóvis dos Santos Andrade**, Presidente da Associação Nacional dos Advogados da União - ANAUNI
- **Daniel Mitidieri Fernandes de Oliveira**, Procurador Municipal e Advogado no Rio de Janeiro

Audiência Pública de 30/06/2021: Intervenção do Estado no domínio econômico, parcerias celebradas pela Administração Pública e celebração de contratos de desempenho (acréscimo do § 6º ao art. 173 da Constituição, acréscimo do art. 37-A à Constituição e redação atribuída pela PEC ao § 8º do art. 37 da Constituição)

- **Bráulio Cerqueira**, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle - UNACON

Audiência Pública de 22/06/2021: Inovação na Administração Pública

- **Caio Mario Paes de Andrade**, Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, do Ministério da Economia
- **Pedro Pontual**, Presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental - ANESP
- **Diogo Costa**, Presidente da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP
- **Élida Graziane Pinto**, Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo
- **José Henrique Nascimento**, Líder de Causas no Centro de Liderança Pública - CLP

9 – Agenda do dia de hoje da COMISSÃO ESPECIAL

Em relação à agenda das audiências públicas até agora, a previsão é que ocorram as seguintes atividades:

16/8 - Seminários estaduais no Rio de Janeiro e no Acre.

17/8 - Efeitos Sobre os Atuais Servidores Federais, Estaduais e Municipais - Audiência Pública e Deliberação

18/8 - Efeitos da Reforma nas Políticas Públicas de Educação e Saúde - Audiência Pública e Deliberação Não há eventos programados para esta data (06/08/2021)